

ografia i els corresponents índexs epigràfic i analític.

Carlo Molle amb aquesta monografia fa una contribució notable al coneixement d'*Aquinum* i culmina un seguit de treballs

parcials anteriors sobre el mateix tema que ja preludiaven els bons resultats que ara tenim a les mans.

Marc Mayer i Olivé

Donato FASOLINI, *Le tribù romane della Hispania Tarraconensis. L'iscrizione tribale dei cittadini romani nelle testimonianze epigrafiche*, Milano, Vita e Pensiero, 2012, 666 pp., ISBN: 978-88-343-2040-2.

Sinal seguro de inclusão no mundo privilegiado dos cidadãos romanos e índice de pertença a determinada cidade, a adscrição a uma tribo constituía, por isso, até meados do século II da nossa era, elemento importante na identificação das pessoas no tempo dos Romanos.

Tivemos em *Imperium Romanum Tributim Descriptum*, da autoria de Carl Ludwig Grotefend (Hannover, 1863) e na obra homónima de J.W. Kubitschek (Leipzig, 1889), as primícias dessa pesquisa, que foi sendo paulatinamente actualizada ao longo dos tempos em relação a âmbitos geográficos específicos. No caso da Península Ibérica, a obra clássica é, ainda, a da responsabilidade de Rainer Wiegels, *Die Tribusinschriften des Römischen Hispanien — Ein Katalog* (Berlim 1985).

Coube agora a Donato Fasolini preparar, no âmbito do seu doutoramento, um estudo especificamente sobre uma das províncias da Hispânia: a *Hispania Tarraconensis*.

O autor começa por analisar, na introdução (p. 7-14), a problemática que o tema envolve, nomeadamente se houve, por parte dos imperadores, uma decisão consciente e uniforme na atribuição de uma tribo específica às cidades que fundaram; se a ideia, já adiantada por Kubitschek, de que, por exemplo, cidades com a tribo *Galeria* eram fundações de Augusto e as da tribo *Quirina* de Vespasiano. Inclina-se também para que esta afirmação não pode ter carácter

peremptório, porquanto há testemunhos de cidades fundadas pelos Júlios-Cláudios não adscritas à *Galeria* e, por isso, há que analisar o assunto caso a caso.

Também se debruça sobre os documentos epigráficos que atestam uma dupla tribo, concordando com a hipótese explicativa avançada por Giovanni Forni de que se trata de indivíduos naturais de um local diverso daquele em que foram exercer funções administrativas, o que terá implicado, por isso mesmo, a entrada na tribo da cidade onde iam ser magistrados. E, ainda que esse exemplo seja lusitano, evoca, na p. 12, *G. Blossius Saturninus, Neapolitanus Afer* e, por tal motivo, da tribo *Arnensis*, que — devido a ter vindo para *Pax Iulia* — aí recebeu a tribo *Galeria*. É uma inscrição que inclui em *Inscrições Romanas do Conventus Pacensis* (Coimbra 1984), sob o nº 294, nem sequer me tendo suscitado qualquer dúvida a sua autenticidade, em que Forni (in *Gnomon* 59 1987 618-630), porém, não acredita, no que é seguido por Beltrán [*sic*] (sem referência bibliográfica especificada); a epígrafe (agora perdida) vem desenhada no álbum de Frei Manuel do Cenáculo, de cuja veracidade nunca se duvidou — e há provas para não se duvidar.

No final da introdução explicita-se, em nota, o esquema adoptado na estrutura da obra: apresenta-se na 1ª parte, cidade a cidade, um quadro de síntese acerca das fontes e das inscrições com menção de tribo (p. 19-

108); e é na segunda — organizada também por ordem alfabética das cidades — que se discutem as questões relativas à atribuição de uma tribo determinada, quando e porquê (p. 109-509). Esclarece-se igualmente o critério de arrumação das epígrafes, começando, em cada núcleo, por aquelas em que à menção da tribo se junta a identificação da *origo*, importante ponto de partida, de facto, para a análise subsequente. Nesse âmbito, a obra representa, pois, complemento de consulta doravante imprescindível em relação ao que António Tovar sintetizara no tomo III da sua *Iberische Landeskunde* (Baden Baden 1989).

Tendo estagiado em Madrid e Alcalá de Henares junto dos responsáveis pela actualização dos dados epigráficos romanos peninsulares, Donato Fasolini pôde, por consequência, ter acesso a bibliografia actualizada, que inclui nas p. 511-561. Não se apercebeu, no entanto, da diferença que há, no modo de citar os autores: os autores portugueses (nem sempre correctamente

grafados, como é o caso de Alarcão) vêm, aí, referidos pelo penúltimo nome, à maneira espanhola.

Refira-se, por fim, que se dedicaram de cem páginas aos índices (p. 563-666) que em muito facilitam a consulta da obra: índice de antropónimos (*nomina* e *cognomina*), com referência às cidades a que pertencem; índices das tribos documentadas também relacionadas com as respectivas cidades; índice de inscrições agrupadas por *corpora*. Instrumentos de trabalho deveras úteis para o investigador.

De cada cidade (veja-se, por exemplo, *Bracara Augusta*, p. 196-205) tudo é analisado desde as fontes ao estatuto jurídico, à tribo, a localização, às *gentes* mais influentes, os textos mais significativos — o que representou enorme poder de síntese e disponibilizou, em pouco espaço, considerável acervo informativo, que se aplaude e reconhece.

José d'Encarnação